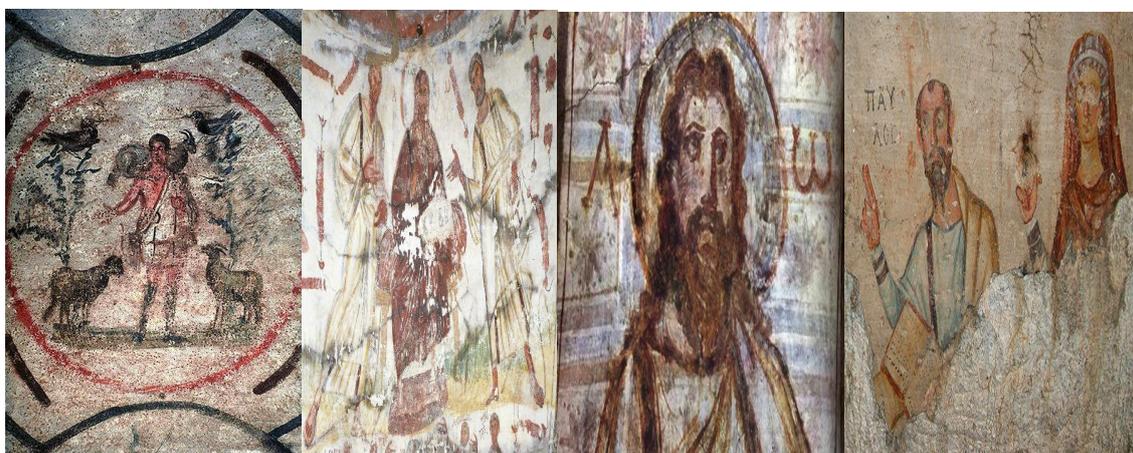


**CRISTIANISMOS NA ANTIGUIDADE: UM MANUAL
PEDAGÓGICO COMO PROPOSTA AO ENSINO DE
HISTÓRIA VOLTADO AO PROFESSOR(A) DO ENSINO
MÉDIO**



WILLIAM BRAGA NASCIMENTO

Capa e Texto

William Braga Nascimento

Revisão

Ana Livia Bomfim Vieira

Produto desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas
– PPGHEN/UEMA, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira

PPGHEN | Programa de
Pós-Graduação em História,
Ensino e Narrativas



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

Recado ao Professor (a)

Este manual foi pensado e escrito para lhe fornecer subsídios básicos para o ensino das experiências religiosas cristãs na antiguidade. Nele, iremos tratar da formação dos cristianismos na antiguidade, em especial, abordando os contextos que permitiram o nascimento e desenvolvimento desta crença religiosa em seu tempo histórico. Assim procuraremos historicizar um tema bastante conhecido na nossa sociedade, mas que, infelizmente, é pouco discutido do ponto de vista do ensino de História nas salas de aula.

Para isso, nos valeremos do conhecimento histórico e arqueológico, que, através de suas investigações, nos levarão a entender os contextos nos quais estavam inseridos os primeiros seguidores de Jesus. Com essa produção, queremos nos diferenciar da forma quase mecânica e parcial com que este assunto vem sendo apresentado na maior parte dos livros didáticos de História voltados para o ensino médio no país. Dessa forma, pretendemos dar vozes aos silenciamentos femininos, às disputas de poder no interior das primeiras comunidades cristãs e os relacionamentos do Estado romano com as mesmas, mostrar as fontes utilizadas para o estudo dos cristianismos e às diferentes visões sobre Jesus nos textos bíblicos do Novo Testamento, assim como outras exclusões e categorias de pensamento pertencentes a realidade social dos cristãos na antiguidade, que operacionalizadas pelo campo teológico, historicamente produziu o conhecimento sobre essa experiência religiosa.

Essa obra tem como objetivo final contribuir para a formação continuada do profissional da educação básica e também, estimular a curiosidade e a pesquisa sobre cristianismos, que não só pela sua presença nos dias atuais na sociedade brasileira, mas também, pela sua importância na antiguidade ocidental, demonstra ser um tema bastante rico e instigante para futuras análises. Esperamos que ao utilizar essa produção em suas aulas, você aproveite ao máximo o conteúdo aqui presente, e que promova o debate sobre a pluralidade cultural das experiências religiosas junto aos seus alunos, a fim de que, mesmo com possíveis discordâncias, se desenvolva o entendimento de que tais experiências são por demais complexas para se reduzirem ao olhar muitas vezes condicionado de apenas uma área do saber.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
-------------------------	---

CAPÍTULO 1 **ROMA E A POLÍTICA IMPERIAL NOS TEMPOS DE JESUS**

A Ideologia Imperial Romana	8
-----------------------------------	---

CAPÍTULO 2 **JESUS E OS CONFLITOS SOCIAIS NO I SÉCULO**

Revoltas Camponesas Durante a Ocupação Romana na Palestina (4 a.C – Jesus)...	16
Conhecendo o Jesus Histórico	19
As Imagens de Jesus na Antiguidade	12

CAPÍTULO 3 **NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS CRISTIANISMOS**

Fontes de estudo para os Cristianismos na Antiguidade	27
Escatologia e Apocalíptica nos Cristianismos	32
Entre o silêncio e a igualdade: Questões de Gênero nos Primeiros anos de Cristianismos	33
Cristianismos: Entre Tolerância e Perseguições.....	36

CONCLUSÃO	41
------------------------	----

REFERÊNCIAS	42
--------------------------	----

INTRODUÇÃO

Quando falamos em cristianismos, nos remetemos irremediavelmente às crenças dos seus seguidores em Jesus de Nazaré, independente do tempo e período em que essa crença é manifestada. Em grande parte, em uma sociedade majoritariamente cristã, seja qual for a vertente (protestante, católica, outra), o conhecimento que adquirimos sobre Jesus e sobre “cristianismo” é oriundo das igrejas do ramo cristão, através de exposições, sermões, cultos e outras liturgias, como a catequese católica e as escolas dominicais protestantes.

Sendo assim, não é incomum que ocorra (como por muitas vezes ocorreu, e ainda ocorre), a transferência do conhecimento que é produzido nas instituições religiosas para o campo educacional, mais especificamente, as literaturas didáticas, que pelo alcance da educação básica no Brasil e pela presença de um mercado editorial cada vez mais atento às mudanças no campo religioso nacional, atinge grande proporção. Sendo assim, o entendimento sobre uma experiência religiosa pode em muitos casos chegar eivado de percepções doutrinárias, próprias do arcabouço religioso que produziu um tipo de leitura sobre Jesus e “o cristianismo”.

Via de regra, quando falamos de cristianismo, duas narrativas se colocam em disputas; a teológica e a histórica. Não existe, necessariamente, um antagonismo “em si” entre esses saberes. Porém, historicamente, essa religião foi vista apenas pelas lentes do saber teológico. Situação que começa a mudar nos últimos vinte anos, através de estudos de diversos historiadores, arqueólogos e antropólogos no Brasil e no mundo, que passaram a olhar essa mesma religião e realizar perguntas sobre determinados casos e situações contidas no material neotestamentário, propiciando uma gama de descobertas e novos pontos de vista, ampliando tudo que já conhecíamos.

Esses novos olhares, pautados pela ciência, constituíram ao longo do tempo, um saber que os diferencia dos aspectos de fé levantados pela teologia ortodoxa, que por sinal, é a hegemônica nas leituras sobre cristianismo, interpretando o movimento de Jesus apenas em seu sentido religioso, excluindo este personagem histórico das relações com as questões sociais e políticas da sociedade judaica.

Cabe ao professor (a) de História, respaldado pela sua formação, o manejo dos alicerces teórico-metodológicos disponíveis para problematizar as informações nem sempre completas ou verídicas sobre determinado tema presente nos livros didáticos, ensejando, assim, novas leituras que possibilitem o exercício do pensamento crítico aos seus alunos.

Nesse sentido, esse material pedagógico contribuirá para que isso seja possível, mediante uma leitura histórica dos processos sociais que permitiram o desenvolvimento do movimento de Jesus no I século, assim como, dos desdobramentos ocorridos após a sua execução, que, possibilitaram o nascimento do cristianismo, já com a crença de Jesus como sendo Cristo, ou seja, o filho de Deus.

CAPÍTULO I

ROMA E A POLÍTICA IMPERIAL NOS TEMPOS DE JESUS

Tudo começa na Palestina. Certamente você já deve ter visto ou ouvido algo sobre essa região nos noticiários atuais, não é mesmo? Historicamente, esse espaço foi e continua sendo objeto de várias disputas entre diferentes povos. Na antiguidade não era diferente. Durante muito tempo, diversos impérios se estabeleceram nesta região e impuseram pesadas formas de subjugação aos povos ali residentes. Foi assim durante os impérios Assírio, Babilônico e Romano. Iremos nos deter de forma mais específica neste último, pelo fato da emergência dos cristianismos ter sido dada durante a presença romana na Palestina.

Quando uma cidade, um estado ou região é invadida e dominada por algum estrangeiro, você consegue imaginar em quais níveis essa dominação se manifesta? Apenas de cunho militar, com o uso da força para se garantir a posse do território, ou, você também admite a existência de vários outros mecanismos estratégicos para consolidar essa ação?

No contexto das guerras civis da república romana, a região da Palestina, desde o ano de 63 a.C, foi ocupada pelo general e **triúnviro** Pompeu, que buscava angariar apoio e prestígio militar para vencer as batalhas que poderiam lhe transformar no único governante de Roma. Sabemos que isso não aconteceu, que Júlio César o derrotou e as disputas na frágil república de Roma continuaram por mais alguns anos até Otávio ser considerado o primeiro imperador romano. Mas e a Palestina? Como se comportou durante o tempo de efervescência política e social de Roma?

Glossário

Triúnviro: Nome dado às pessoas que exerciam o triunvirato; forma de governo típica no fim do período republicano na Roma antiga. Eram aliados, mas com o tempo e disputas políticas, também lutavam entre si pelo pleno controle da cena política romana. Pompeu formou juntamente com Júlio César e Crasso, um dos triunviratos mais conhecidos da república romana.

A IDEOLOGIA IMPERIAL ROMANA

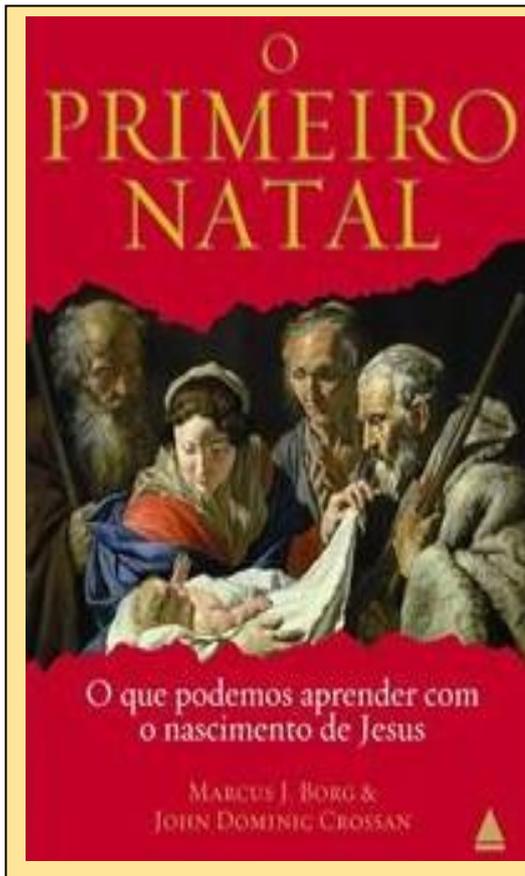
Sabemos que uma invasão resulta em perda de autonomia para a cidade, região e para a população do lugar invadido. Isso ocasiona em muitos casos, resistência às formas de dominação impostas, ou seja, a militar, ideológica, cultural e religiosa, formas pelas quais se deram a ocupação dos romanos nessa região. Em primeiro lugar, Roma possuía uma estratégia que a permitia governar indiretamente, por meio de uma elite local. Nesse caso específico, essa elite respondia pelo conjunto sacerdotal centrado no Templo de Jerusalém. Foi dessa forma que ela conseguiu estabelecer, por certo tempo, o controle nesta cidade, exigindo da população junto aos sacerdotes, a cobrança de numerosos tributos, e a colheita arrecada pelos camponeses a cada dois anos.

Além disso, Roma possuía crenças religiosas que não estabeleciam contato com a realidade da população daquela região. Desde a batalha do Actium, Roma conhecia um salvador, prestava honras à casa imperial responsável por dar fim a mais de cem anos de guerra civil. Dessa forma, esperava-se que os povos conquistados cultuassem a figura dos imperadores, afinal, dentro da concepção de poder e convívio social dos romanos, eles eram os salvadores do mundo.

Essa forma de pensar a nova realidade romana, foi saudada por diversos membros da população romana como sendo uma “idade de ouro”. Tal noção gloriosa desta idade foi pautada nas glórias das conquistas de Alexandre Magno, porém, na presente situação pós-guerra civil ela foi adquirindo novas adaptações e pontos de vista, sendo a conotação de ordem social a mais importante até então. Borg e Crossan (2007) trazem no livro “O Primeiro Natal”, as palavras de Paulo Fábio Máximo, governador de uma província da Ásia Menor. Elas relatam a data do nascimento do imperador Otávio instituiu o marco inicial da contagem do tempo dentro do Império:

FIQUE ANTENADO!

A Batalha do Actium (ou Ácio), foi uma disputa travada neste cabo, próximo a Grécia, no ano de 31 a.C, pelo domínio da cena política romana, entre as forças de Otávio (sobrinho e herdeiro político de Júlio César), contra Marco Antônio e da rainha egípcia Cleópatra. A vitória de Otávio, posteriormente chamado de Augusto (divino), finda a oposição ao seu crescente poder e marca o fim da República e início do Império, considerada uma era de paz celestial por todo mundo, a Paz Romana.



“A data de nascimento do diviníssimo César é a mais prazerosa ou a mais benéfica, o dia que equipararíamos justificadamente ao começo de tudo, pelo menos em termos práticos, na medida em que ele restabeleceu a ordem quando tudo se desintegrava e mergulhava no caos, e deu uma nova face ao mundo inteiro, um mundo que teria deparado com a destruição com extremo prazer, se César não houvesse nascido como uma benção comum para todos. Por essa razão [...] é meu parecer que todas as comunidades devem ter um e o mesmo dia de ano novo, o aniversário do diviníssimo César, e que nesse dia, 23 de setembro, todos devem iniciar seus mandatos”.

(BORG; CROSSAN, 2007, P. 191)

Esta idade tão louvada por escritores próximos à administração imperial romana, complementava-se na prática através da agressiva política denominada por *Pax Romana*, que tinha no aparato militar, ideológico e político as suas bases de sustentação. O aspecto militar dessa paz é sem dúvidas, o mais importante para a manutenção da idade de ouro proclamada pelos romanos após a vitória em Actium. O então imperador Otávio, recebeu diversas homenagens por batalhas vencidas, inclusive um altar, localizado no Campo de Marte.

No panteão dos deuses romanos, Marte representava a guerra, ou seja, um caminho para a paz romana. Simbolicamente era a representação de uma paz conseguida através das armas. Portanto, uma política de guerra que tinha na vitória o pressuposto de um tempo de paz para os romanos, e de submissão para os vencidos. É importante lembrar, que posteriormente, será através da contestação da Paz Romana que eclodirão diversas rebeliões e revoltas em diversas partes da região da Palestina, e, será pela força dessa paz, que o nazareno Jesus seria crucificado na mesma região.

SAIBA MAIS

O historiador Klaus Wengst sintetiza a aplicação da política de Pax Romana

“A Pax Romana foi resultado produzido a ferro e fogo e mediante o uso, sem escrúpulos, de todos os meios de luta do Estado, de uma disputa inimiga com o mundo inteiro, que se apoiava numa arte de Estado coercitiva e através da qual, em cada caso concreto, houvera a vontade ilimitada da defesa do próprio proveito. A Pax romana, que em teoria é uma relação de direito entre dois parceiros, é, na realidade, uma ordem de dominação; Roma é o parceiro, que a partir de si mesmo, ordena a relação e propõe as condições. Para o não romano, Pax significava a confirmação da submissão a Roma, por meio de contrato que implorava, simultaneamente, a proteção de Roma contra os ataques de outros povos estrangeiros” (WENGST, 1991, p.23).

A noção de uma idade de ouro foi amplamente trabalhada pelos regentes imperiais em inscrições de mármore, moedas talhadas representando o novo período e altares que exaltavam não apenas o poder do imperador, como também a ideologia do sistema imperial. De certa forma, a publicização de imagens que remetiam ao novo período de paz e prosperidade trazida por Otávio, funcionava como uma eficaz estratégia, uma vez que, mesmo que nem todos soubessem ler, poderiam ao menos através das imagens olhar e vivenciar o sentido das mesmas nos territórios do império.

Nesse sentido, após a vitória sobre as forças de Marco Antônio e Cleópatra, moedas começaram a ser cunhadas com o objetivo de exaltar a figura do imperador Otávio, e de divulgar entre os habitantes do império a glória que o mesmo tinha recebido dos deuses, como podemos ver em seguida.

ANALISANDO UM DOCUMENTO



As moedas abaixo circularam por todo o império e tinham o caráter de promover a imagem do jovem imperador Otávio. Ao mesmo tempo, em que a deusa romana Vitória (em pé sobre o globo terrestre) entrega os louros para o jovem imperador, reforçando o status divino do seu governo. Como um discurso de poder, as moedas falavam pela constante visualização, aquilo que o imperador dizia ser: o filho de Deus (“*DIVI F*”).

(Coinage and Money Under the Roman Republic: Italy and the Mediterranean Economy (CRAWFORD, Michael Hewson. Methuen, 1985).

A ideologia ou teologia imperial romana, ainda assumia a existência do caráter divino dos imperadores. De Alexandre a Augusto, os conquistadores do mundo estabeleciam a paz por meio da vitória global. Para tanto era necessário que o nascimento dos mesmos possuísse um duplo status: deveriam ser filhos de mãe humana e pai divino, bem como ter a confirmação do fato. Podemos identificar aí, um aspecto religioso parcialmente transcendente e humano, bastante difundido nas culturas mediterrânicas.

No I século, o autor do evangelho de Lucas relata como se deu a concepção do nascimento de Jesus.

No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um varão chamado José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria. Entrando onde ela estava, disse-lhe: “Alegra-te, cheia de graça, o Senhor está contigo!” Ela ficou intrigada com essa palavra e pôs-se a pensar qual seria o significado da saudação. O anjo, porém, acrescentou: “Não temas Maria! Encontraste graça junto de deus. Eis que conceberás no teu seio e darás à luz um filho, e tu o chamarás com o nome de Jesus. Ele será grande, será chamado filho do Altíssimo, e o senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai; ele reinará na casa de Jacó para sempre, e o seu reinado não terá fim”. Maria, porém, disse ao anjo: “Como é que vai ser isso, se eu não conheço homem algum?” O anjo lhe respondeu: “O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra; por isso o santo que nascer será chamado Filho de Deus” (Lc 1, 26-35).

FIQUE POR DENTRO

No século I, o escritor romano Suetônio explica como se deu a concepção do imperador Otávio Augusto:

“Quando Ácia veio no meio da noite para o serviço solene de Apolo, sua liteira foi colocada no templo e ela caiu no sono, enquanto as outras matronas também dormiam. De repente, uma serpente deslizou até ela e logo depois foi embora. Quando acordou, ela se purificou, como depois dos abraços do marido, e imediatamente apareceu-lhe no corpo certa marca em cores igual a uma serpente da qual ela não conseguiu se livrar; por isso, logo ela deixou de ir aos banhos públicos. No décimo mês depois disso, Augusto nasceu e foi, assim, considerado filho de Apolo”. (SUETÔNIO apud CROSSAN, 2004, p.67-68).

A questão da concepção divina de um ser humano, não era algo incomum no mundo antigo. A compreensão desse aspecto só pode ser realizada através do exame dos

processos que levavam os humanos a serem identificados como deuses, como por exemplo, a relação sexual entre um ser divino e humano. Algumas condições para tais relações podem ser elencadas, como; a virgindade, a esterilidade, longevidade, adoção ou exaltação. Ambos os fatores, podem ser encontrados nas tradições pagãs, como também nas tradições judaicas.

No evangelho de Lucas, o autor mistura os modelos de concepções conhecidos até então. O elemento virginal é mantido dentro desse evangelho, porém, com especial peso, o autor inova ao colocar o nascimento de Jesus dentro de uma concepção cultural greco-romana, com o deus judaico participando juntamente com um indivíduo mortal do processo de concepção de Jesus. O autor deste evangelho, tinha a provável intenção de fazer com que Jesus fosse dentro daquele ambiente, entendido como sendo um homem divino.

A antiguidade apresentou inúmeros casos de humanos que foram considerados divinos. Além de Otaviano e Jesus, podemos citar também, Rômulo (um dos fundadores da cidade de Roma), o herói grego Héacles (ou Hércules para os latinos), Enéias, Júlio César e Alexandre, o grande. Todos estes apenas diferiam na forma como foram considerados divinos. No entanto, não cabe sabermos se esses personagens históricos eram de fato divinos, e sim, compreendermos que os mesmos eram entendidos como tal.

Caro (a), Professor (a), é importante frisar o duplo aspecto que envolve a maneira como se narra essas histórias. A teologia se preocupa em responder como um deus se torna homem, e a História por sua vez, inverte o eixo argumentativo e se interessa em responder como é possível um homem se tornar Deus. É perfeitamente compreensível que esses modelos destoem da forma como as pessoas – numa sociedade majoritariamente cristã - entendem as relações entre humano e divino, sagrado e profano. Porém, é necessário a compreensão dos contextos da época para um melhor entendimento dos processos históricos que cercam o conhecimento sobre cristianismos nas salas de aula. As concepções onde o humano e o divino interagiam, era um dado cultural do mundo pré-moderno. Se nos dias atuais, existe o debate sobre a separação entre Estado e Religião, no I século, faltava uma clara distinção entre céu e terra. As fronteiras do mundo material e imaterial eram por demais abertas às percepções dos indivíduos.

Logo, sendo considerado divinos e exercendo o comando político em vastas regiões do império, os imperadores romanos tinham a seu favor um instrumento de legitimidade para exercer o domínio sobre outros povos, tudo, em associação, com a política de paz estabelecida durante o governo de Otávio Augusto.

O encargo da Pax romana não era demonstrado apenas com o maciço poder militar das legiões romanas. A integração junto aos poderes político, econômico e ideológico,

constituíram a força romana. No aspecto econômico, Roma impunha às suas províncias o direito dos vencedores. Dessa forma, exigia sempre dos derrotados o reconhecimento das dívidas de guerra, assim sendo, o primeiro direito dos vencedores era o espólio de guerra. Os romanos acreditavam que todas as disputas e guerras estavam no direito, e que, ao fazê-las, estariam apenas corrigindo injustiças cometidas contra eles ou contra seus aliados. Os encargos da paz romana também admitiam a cobrança de numerosos impostos, contribuições, tributos e recrutamentos nas províncias conquistadas.

FIQUE ATENTO!

DEIFICAÇÃO: Processo eletivo no qual as autoridades romanas concediam o status de “divino”, a uma pessoa já falecida, mediante o reconhecimento da sua importância para a história de Roma.



Arco do Triunfo de Tito mostrando os despojos de Jerusalém apreendidos pelos romanos em 70 d.C. (Foto: Wikipédia/Cópia do painel no Museu Beth Hatefutsot, em Israel.)

Na política, o Império procurava obter o controle das organizações e das instituições, direta ou indiretamente. Ocorria eventualmente ao poder romano, dirigir uma dada região através das elites locais, como fez por exemplo, com Jerusalém até a queda do segundo templo. O poder ideológico pautava-se no monopólio ou controle das interpretações e significados. A titulação que os imperadores recebiam como por exemplo, “Filho de Deus”, “Libertador e Salvador do Mundo”, “Divino”, “Deus de Deus” remetiam-se exclusivamente aos governantes imperiais, nas quais a população do império deveria reverenciar, de tal forma que, usado para se referir a qualquer outra pessoa, seria considerado uma ofensa e traição ao César.

Se detendo a uma análise histórica, esses pressupostos encontravam coerência dentro do que foi o tumultuado cenário sócio-político romano antes da batalha no cabo Actium, onde

após quase cem anos de disputas internas, Otávio “salvou” aquilo que viria a se tornar um dos maiores impérios do mundo, levando paz ao Mediterrâneo. Dessa forma, após tal grande feito, Otávio tornara-se Filho de Deus e salvador do mundo conhecido, uma vez que Júlio César já havia sido **deificado**.

Religião, guerra, vitória e paz. O projeto romano pode ser identificado através dessas quatro dimensões de atuação. Pelo culto aos deuses, e pelos seus auxílios, ia-se às guerras, e obtinha-se a vitória por meio deles, e a paz pela sua bondade.

Portanto, dado o conjunto político, cultural e religioso que permitiu à Roma construir uma realidade favorável à manutenção do seu império, iremos conhecer um pouco mais dos impactos que o imperialismo causou na formação social, religiosa e política da população da Palestina no I século.

CAPÍTULO II

JESUS E OS CONFLITOS SOCIAIS NO I SÉCULO

A região da Palestina no I século da era atual, conheceu diversos conflitos e revoltas. De forma geral, essa região sempre despertou interesse de impérios ao longo da História. De igual modo, ela também se projetou contra a presença imperialista que por determinados períodos a dominou. Foi assim durante a domínio Assírio, Babilônico, Persa, Selêucidas, Ptolomeus e Romano. Este último nos interessa de forma mais particular, já que foi durante a ocupação romana nesta região, que o nazareno Jesus nasceu, cresceu, foi condenado e executado pelos romanos. No entanto, todos os demais impérios anteriores a Roma, forneceram substancial importância na formação de uma resistência e identidade social e religiosa aos hebreus e depois aos judeus.

Em todas as revoltas anti-imperialistas, o campesinato ocupou um lugar de destaque. Aliás, essa região segundo historiadores e arqueólogos, era marcadamente formada por camponeses, compondo aproximadamente 90% da população. Eram, via de regra, analfabetos, mas transmitiam seus conhecimentos através da oralidade, formando suas tradições e cultura.

Não faz muito tempo que o conhecimento histórico começou a direcionar seus olhares para os estratos antes marginalizados das sociedades. Essa prática se contrapôs a uma concepção de História que enxergava apenas nos grandes homens e nos altos estratos ou classes sociais, as grandes realizações políticas e sociais da humanidade.

Diante disso, uma escrita da História contou por longo tempo, os hábitos, costumes, aspirações e feitos dos segmentos letrados. Muitas vezes esses mesmos letrados escreviam a História que seria conhecida pelos demais indivíduos de uma sociedade. Foi assim por exemplo, com os camponeses da região Palestina, onde nos tratados da história judaica e dos evangelhos, predominam uma escrita concebida pelos fariseus, essênios e romanos, que como já dissemos, contavam a história a partir de seu ponto de vista, muitas vezes depreciando outros sujeitos históricos, nesse caso, os camponeses.

Todavia, os camponeses, não produziram narrativas que contassem suas histórias. Não temos fontes que narrem a partir dos seus pontos de vista, como viviam, quais eram suas demandas. Ao contrário disso, temos as entrelinhas dos textos produzidos por estratos letrados. É através dessas entrelinhas juntamente com o conhecimento científico produzido por historiadores, arqueólogos e antropólogos da cultura, que podemos chegar um pouco mais perto e conhecer os contextos de cada evento que os camponeses judeus participaram, e não foram poucos. Muitas vezes, os camponeses palestinos protagonizaram diversos movimentos de contestação à ordem vigente em seus territórios, incomodando o poder imperial ali instalado ao longo do tempo. Foi no interior dessas insatisfações de cunho popular que surgiram algumas lideranças que buscavam lutar pela libertação do povo daquela região. Para entendermos melhor este cenário, vamos saber como era o panorama social e político nessa localidade, durante a ocupação romana.

FIQUE ANTENADO!

Helenismo: Foi o período compreendido entre o século IV ao ano 30 a.C. Foi uma época caracterizada pela disseminação da cultura grega, e sua fusão com os valores de outras culturas conquistadas pelo rei macedônio Alexandre Magno, também conhecido, como Alexandre, o grande (356-323 a.C).

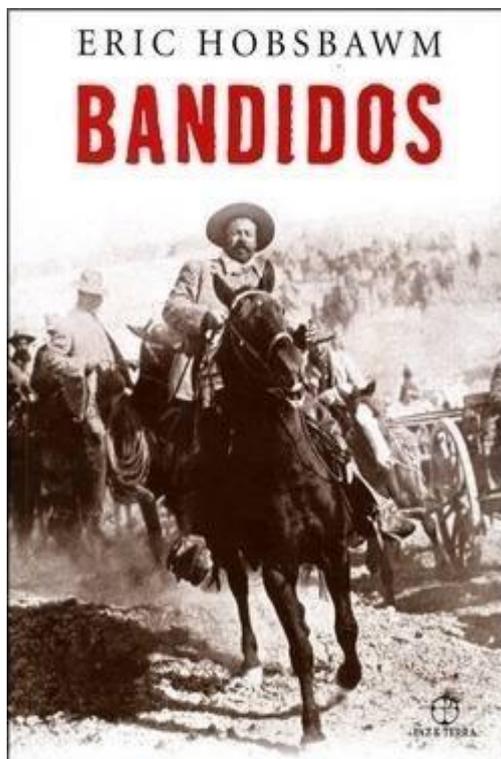
Revoltas Camponesas Durante a Ocupação Romana na Palestina (4 a.C – Jesus)

Desde Alexandre, “O Grande”, os impérios helenísticos aplicaram um forte programa sistemático de exploração econômica e uma política cultural imperialista que colocava em risco o modo tradicional de vida dos camponeses. Com a dominação romana, esse risco se acentuou devido aos pesados tributos cobrados pelo império romano, bem como a ameaça que isso representava aos mesmos, com o risco de serem expulsos de suas terras, frente ao não pagamento dos tributos e impostos, que serviriam para manter a ostentação da corte romana.

De 37 a 4 a.C reinava na Palestina, o rei Herodes, bastante conhecido na literatura judaico-cristã. Admirador da cultura grega, este rei e seus sucessores aplicaram sobre a maioria da população marcadamente camponesa, uma política de exploração econômica para financiar os projetos arquitetônicos ligados ao **helenismo**. A historiografia que estuda esse tema, identifica as interferências romanas na liberdade religiosa tradicional do povo judeu, como sendo mais um elemento que propiciou os levantes do campesinato na Palestina.

As condições de miséria e de interferências nos aspectos sócio-cultural e religioso, propiciou o aparecimento do **banditismo**, de movimentos proféticos que amparados na memória da realeza de Davi, buscavam restaurar a glória de Israel. Do mesmo modo, com a derrota dessas lideranças proféticas, pessoas comuns, passaram a liderar e a nutrir no interior do campesinato, a esperança de salvação, de que o Deus judaico em algum momento faria justiça e restabeleceria o território em sua plenitude ao povo daquela região.

SUGESTÃO DE LEITURA



A obra “Bandidos” do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) nos ajuda a entender o banditismo social nas sociedades camponesas como um ato de rebelião pré-política. “O banditismo social é encontrado universalmente em sociedades baseadas na agricultura, e compõe-se predominantemente de camponeses e trabalhadores sem terra, dominados, subjugados e explorados por outros – proprietários, cidades, governos (p. 19-20). Em períodos de crise econômica e política, onde há o aumento da fome, o banditismo tende a crescer. Esse fenômeno tende a acontecer em situações onde a leitura da realidade social é vista como injusta e intolerável frente as camadas mais pobres da população.

O ambiente rural da Palestina fazia da terra o principal meio de sobrevivência para os camponeses. Frente a impossibilidade de pagar tributos, como por exemplo, o dízimo que era duplamente tributado (pagava-se aos sacerdotes e também uma taxa sobre o dízimo, destinado aos romanos), para se manterem em suas propriedades, muitos camponeses acabavam mortos ou virando escravos no império. Quando não, recorriam a empréstimos que, sem a possibilidade de efetuar o pagamento, terminavam por ficar endividados e forçados a procurar outros meios de vida.

Como dissemos anteriormente, diante desse cenário surgem indivíduos que se levantaram contra a opressão promovida pela política econômica romana. Um deles é narrado através do ponto de vista do escritor judeu Flávio Josefo. Embora judeu de nascimento, Josefo

passa a narrar os antecedentes conturbados dessa região, bem como a guerra judaica de 66-70 d.C, a partir dos interesses do Império Romano, procurando deslegitimar as ações dos camponeses. Porém, as entrelinhas do seu texto nos sugerem algumas pistas sobre esse estrato social.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

“Também houve Simão, um criado do rei Herodes, mas de resto um homem imponente pelo seu tamanho e pela sua força física, desejoso de destacar-se. Estimulado pelas caóticas condições sociais, teve a ousadia de colocar a coroa na sua cabeça. Depois de ter organizado alguns homens, também foi proclamado rei por eles no seu fanatismo e ele se julgava mais digno disso do que qualquer outro. Tendo incendiando o palácio real em Jericó, saqueou e levou as coisas anteriormente transportadas (e armazenadas) para lá. Também incendiou numerosas outras residências reais em muitas partes do país e destruí-as, depois de permitir que seus sequazes levassem como despojos os bens nela confiscados. Ele teria realizado façanhas maiores ainda, se não tivesse havido uma rápida intervenção. Pois Grato, comandante das tropas reais, reuniu suas forças, juntou-se aos romanos e foi ao encontro de Simão. Depois de uma longa e difícil batalha, foi morto grande número de pereianos, pois estes estavam em confusão e lutavam com mais coragem que habilidade. Quando Simão tentou salvar-se fugindo por um desfiladeiro, Grato interceptou-o e decapitou-o.

(JOSEFO, Flávio, Ant. 17,273-76 apud HORSLEY: HANSSON, p. 108, 2007).

Professor (a) perceba que o texto de Josefo fornece elementos que nos ajudam a traçar um breve perfil sobre a liderança desta revolta contra Roma. Baseava-se em esperanças que os estratos mais baixos da sociedade possuíam em torno de um rei que viria acabar com o domínio imperial na qual grande parte da população vivenciava. Esse tipo de crença dentro da sociedade Palestina era fortemente enraizado. De forma semelhante, a historiografia aponta para outro modelo de liderança; a popular, que desesperançosa com a crença de um salvador da realeza judaica, passou ela própria a tomar os rumos para almejar a libertação do domínio romano. É nesse modelo que se localiza o movimento iniciado por um homem nascido na

aldeia camponesa de Nazaré na Galiléia, que irá formular um projeto de sociedade oposto ao ordenamento romano, e que por essa razão, foi condenado e executado: Jesus.

CONHECENDO O JESUS HISTÓRICO

Muito provavelmente você conhece a história de Jesus a partir de uma narrativa religiosa. Numa perspectiva de fé individual, é perfeitamente aceitável que as pessoas utilizem Jesus como referência para dar algum sentido às suas vidas, porém, gostaríamos de dizer que existem outras perspectivas para explicar a vida de Jesus na terra. O Jesus humano, inserido em sua realidade social, cultural e política, pode e deve ser apresentado quando falamos de ensino de História, assim como falamos de Gandhi, Maomé, Martin Luther King, Tiradentes ou outra figura histórica. O que diferencia as abordagens é o conhecimento que será empregado na ministração das aulas. Sendo assim, é importante que se conheça as demais perspectivas sobre Jesus e o movimento por ele iniciado no I século da era comum. O pressuposto ocidental moderno que separou as esferas religiosas da política, da economia e da cultura, impactou grandemente as interpretações sobre Jesus, caracterizando-o como um indivíduo apolítico, sem nenhum tipo de vinculação com o cenário social da Palestina do I século.

No mais, essas interpretações tenderam a apresentar Jesus como um mestre de sabedoria, que se preocupava apenas com as demandas individuais de cada um. Por lógica, esse entendimento é desde já rechaçado, haja vista, que, Roma não teria motivos para eliminar um indivíduo com um perfil inofensivo, uma vez que não causaria maiores danos a estrutura do Império.

O entendimento sobre o Jesus Histórico não se pauta pela objetividade. Não se busca encontrar um “Jesus real”, ou saber a “verdade sobre Jesus”. No entanto, deve-se levar em consideração, que ao se trabalhar com as fontes, a transdisciplinaridade assume um importante papel na tarefa de proporcionar uma nova perspectiva de conhecimento sobre Jesus e o seu movimento. Através disso, podemos cruzar informações do texto bíblico

Glossário

Transdisciplinaridade: É um método científico que em associação com outras ciências, busca o conhecimento mais amplo de determinado objeto. Nos cristianismos, por exemplo, é comum que pesquisadores utilizem o conhecimento histórico, arqueológico, literário e antropológico.

neotestamentário com os conhecimentos produzidos pelos diversos ramos da ciência, e com isso fornecer novas interpretações sobre o tema estudado.

No estágio atual das pesquisas sobre o Jesus Histórico e sobre os cristianismos em geral, não se questiona a existência do mesmo. Na ausência de provas materiais que atestem a existência de Jesus, (como por exemplo, seus restos mortais), a ciência nos fornece critérios que nos dão segurança para afirmar que Jesus realmente existiu. Um deles é denominado de múltipla atestação, ou múltipla confirmação.

TOME NOTA

Múltipla Atestação: É um critério que se baseia na atestação ou confirmação da existência de algo ou alguém, mediante a análise de fontes literárias independentes entre si. Autores diferentes, que nunca se conheceram e escreveram em realidades e temporalidades distintas, afirmam fatos semelhantes sobre a mesma coisa ou alguém. Nesse critério, é grande a possibilidade de que o objeto ou personagem tenha de fato existido.

Jesus, nasce aproximadamente no ano 4 a.C, não em Belém da Judéia como afirma o texto bíblico de Lucas (2:4), e sim, na aldeia rural de Nazaré na região da Galiléia, durante o governo do rei Herodes, sendo executado entre os anos 35-36 d.C durante o governo do imperador Tibério (14 d.C – 37 d.C). Sabemos pela História, que o autor do texto de Lucas coloca o nascimento de Jesus em Belém, uma vez que, segundo os relatos bíblicos, José era da linhagem de Davi (um dos messias do povo judeu), que nasceu nesta cidade. Nesse sentido, o autor tenta colocar Jesus como herdeiro da realeza davídica.

Jesus, como agora sabemos, foi um camponês, de língua aramaica e possivelmente analfabeto. A historiografia que estuda o tema, afirma categoricamente que por definição, Jesus foi analfabeto, por pertencer ao campesinato judaico na Palestina do I século, onde isso era comum. Mesmo que fosse letrado, isso não significaria muito dentro daquela realidade, onde a cultura oral possuía mais apelo que a escrita.

Inserido dentro de uma realidade social extremamente conflituosa, onde sucessivos impérios subjogavam a Palestina, Jesus, começa através de suas peregrinações por essa região, a formular um programa alternativo a ordem imperial romana que dialogava com a realidade da maioria da população, caracterizado pela promoção da paz, justiça, igualdade e da comensalidade; portanto, um projeto oposto a aquilo que vinha se apresentando através da administração romana na região.

O perfil da presença romana na Palestina representava uma séria ameaça a existência da população camponesa – que representava a maioria dos habitantes –, haja vista, a pesada tributação que incidia sobre seu trabalho. Além de destinarem o tributo para a elite sacerdotal e de serem obrigados a entregar $\frac{1}{4}$ da colheita a cada dois anos, os programas administrativos implantados pelo governo imperial romano no tempo de Jesus acarretavam num crescente empobrecimento da população, que por sua vez, empurravam-na em grande quantidade para uma condição de subsistência e marginalidade.

Utilizando-se de **parábolas**, Jesus falava diretamente aos judeus camponeses do seu tempo. Sua mensagem adquiria um caráter político de crítica social e de afronta a política imperialista de Roma, o que veio em associação ao descontentamento de parte da elite sacerdotal judaica, a levá-lo a condenação e execução por crucificação.

Se tomarmos os evangelhos presentes no Novo Testamento, podemos perceber a situação alarmante que os camponeses vivenciavam. Os historiadores André Chevitarese e Gabrielli Cornelli comentam essa situação que podemos encontrar em várias partes do texto bíblico:

[..] Testemunha disso é, por exemplo, a massa de doentes que procuram Jesus nos evangelhos sinóticos, dando a impressão de uma sociedade à beira do colapso. Os relatos dos evangelhos, especialmente as parábolas, estão cheios de personagens endividadas (Mt 18:23-26) e de sem-terras que viram lavradores assalariados e até diaristas (Mt 20:1-6); além disto, também é mencionado um patrão que mora longe e deixa tudo para o caseiro (Mt 21:33), o desespero dos pobres que acabam assaltando (Mt 21:34-39) ou explorando os outros (Mt 18: 27-30, 24:48-50), a insegurança nas estradas por causa dos assaltos (Lc 16:1-7), luxo que é uma verdadeira ofensa para os pobres (Lc 16:19-21), gritando na frente de Deus. (CHEVITARESE; CORNELLI. 2007, p. 54-55)

Portanto, se insurgindo contra a exploração romana junto às camadas mais baixas da população, e pregando a instauração do chamado “Reino de Deus”, Jesus, como mais um líder

FIQUE ANTENADO!

Parábolas: Muito utilizadas no ambiente rural da Palestina dos tempos de Jesus, as Parábolas, são pequenas narrativas que usavam alegorias para transmitir um ensinamento. Utilizando o simbolismo da vida camponesa, foi o instrumento mais acessível que Jesus utilizou para propagar seu programa anti-imperialista. Podemos encontrar diversas parábolas que fazem menções a realidade dos judeus camponeses. Caro (a) professor (a), você pode usar as parábolas em sala de aula para melhor contextualizar o cenário social da Palestina nos tempos de Jesus.

popular, dentre outros já conhecidos naquele período, foi pela força da Pax Romana, condenado e executado na cruz; um tipo de pena de morte dada para os agitadores sociais, salteadores e bandidos.

O entendimento do que é denominado por “Reino de Deus” vai muito mais além do que uma compreensão religiosa do mesmo. Ele também sinaliza uma oposição política ao “Reino de Roma”, onde os imperadores eram os senhores de boa parte do mundo de então. Este reino não demandava um espaço territorial e uma identidade étnica para que fosse implantado. O seu significado denotava uma nova forma de distribuição econômica, organização humana e uma nova ordem social para o mundo, pautados nos atributos de paz, justiça e igualdade para todos, ou seja; Jesus, tencionava a implantação do Reino de Deus na terra durante o seu tempo de vida.

É a partir da oposição ao “Reino de Roma” e seus projetos distintos encontrados no âmbito de suas particularidades, que entenderemos melhor o contexto das situações sócio-políticas que ocorreram na Palestina judaica no I século e que levam Jesus a estabelecer uma oposição ideológica junto ao Império de Roma, e que, por conseguinte, o levou a ser crucificado.

AS IMAGENS DE JESUS NA ANTIGUIDADE

Diferente do que a maioria das pessoas na modernidade podem pensar, esteticamente Jesus não possuía uma aparência como aquela retratada nos cinemas e nas artes do período medieval e renascentista. As imagens de um Jesus muitas vezes com cabelos loiro e liso, barbado, olhos azuis e branco caucasiano, passaram por construções que tendem no curso da História, a atender interesses diversos.

A bíblia não registra em nenhuma parte dos textos neotestamentários, como seria a aparência de Jesus. Isso deu liberdade para que o mesmo fosse retratado das mais diversas formas, muitas vezes dialogando com os ambientes culturais de cada localidade onde o mesmo fora representado.

É mais provável que, dentro da realidade da região da Palestina no I século, Jesus tenha tido cabelos pretos e uma pele queimada pelo sol da região, assim como boa parte dos judeus, romanos e sírios que viviam naquelas localidades. As primeiras representações imagéticas sobre Jesus datam apenas do III século da era comum, e destoam radicalmente do modelo comumente estabelecido e creditado do mesmo com feições européias. A seguir, algumas imagens sugeridas para trabalhar em sala de aula:



“A Cura dos Paralíticos”, é o registro artístico mais antigo sobre Jesus. Data do ano de 235 d.C e encontra-se na cidade síria de Dura Europos. Nela, podemos ver no centro, Jesus em Pé, sem barba e cabelos encaracolados. Essa representação se refere à três relatos do texto neotestamentário, porém, narrada de formas diferentes. Encontram-se respectivamente nos evangelhos de Mt 9: 1-8, Mc 2:1-12 e Lc 5:17-26.



Pintura datada do século IV, encontrada nas catacumbas de Marcelino e Pedro, em Roma, mostra Jesus sentado em um trono entre Pedro e Paulo. Nela, vemos a auréola sobre sua cabeça, e a mão direita em posição de bênção. Chama atenção para o fato de Jesus encontrar-se vestido com uma toga; veste tipicamente romana, o que denota a penetração dos cristianismos no império romano, bem como a assimilação de Jesus como um homem romano.



Afresco datado do século III d.C, encontrado nas catacumbas de Domitila em Roma. Retrata Jesus como “o bom pastor”, alegoria presente no capítulo 10 do evangelho de João. Por estar datada no III século, onde a presença de cristãos em Roma já era crescente, Jesus aparece imberbe (sem barba), como era predominante entre os romanos, e vestido com uma toga, veste tipicamente romana. A referência de Jesus em um ambiente rural, pastoreando ovelhas, também dialoga com a realidade da Palestina do I século; uma região marcadamente rural.

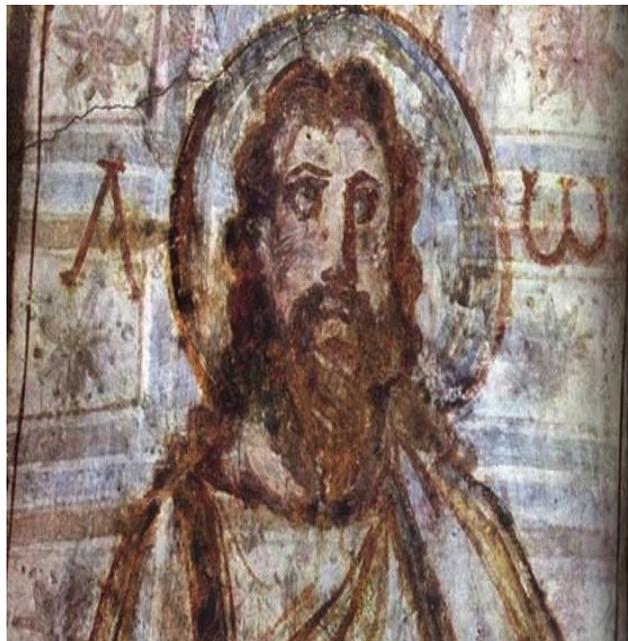


Imagem encontrada na catacumba de Comodila, em Roma, aproximadamente do século IV d.C. Apresenta Jesus com barba, diferindo das representações greco-romanas anteriores onde o mesmo aparece imberbe, e mais próximo da aparência de um homem judeu.

Após conhecermos os contextos que possibilitaram o aparecimento de inúmeras contestações sociais na Palestina judaica, bem como a atuação de Jesus na formulação de um programa de Reino de Deus oposto a ordem imperial romana, que resultou em sua execução na cruz, assim como as representações encontradas três séculos após sua morte, que, denotam entre outros aspectos, o fortalecimento do culto cristão no império, passemos agora, a conhecer melhor, como os primeiros cristãos formularam suas crenças após a execução do seu líder, assim como produziram materiais escritos para organizar as primeiras comunidades fundadas em seu nome.

CAPÍTULO III

NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS CRISTIANISMOS

Logo após sua execução, os seguidores de Jesus, como forma de dar continuidade ao movimento político e religioso iniciado pelo mesmo, passaram a reter na memória, seus ditos e ensinamentos. Ao mesmo tempo que isso representou a continuação do movimento, também, proporcionou a ressignificação das memórias *de* e *sobre* Jesus, promovendo distintas interpretações sobre a vida desse personagem histórico.

A historiografia que estuda o tema, destaca que a base cultural dos indivíduos é de grande importância para tentar explicar o surgimento das primeiras comunidades cristãs no mediterrâneo do I século. Logo, entendemos que a memória é uma chave de leitura a ser trabalhada quando expomos o nascimento dos cristianismos. Ela (memória), filia os indivíduos à identidades, e dão conotação para diversas experiências, sejam elas religiosas ou políticas. Dentro de uma sociedade marcadamente rural e iletrada como era a Palestina no tempo de Jesus, isso adquiria importância ainda maior. Nesse contexto, lembrar significa ter poder, e, em associação com as experiências de vida junto a Jesus, seus seguidores passarão a constituir liderança junto às demais pessoas que se agruparam em torno das comunidades que iam sendo fundadas em nome da memória *de* e *sobre* Jesus.

Entendemos que a memória como um fenômeno histórico, está sujeita a variações no tempo. Sendo assim, tanto socialmente, quanto individualmente, ela é seletiva, nunca estática. Enquanto profissional do ensino de História, podemos identificar como acontece essa variação de um lugar para o outro e como os sentidos de uma memória se alteram mediante às dinâmicas dos lugares.

Caro professor (a), destacar o papel exercido pela memória é de grande relevância para compreender os processos de formação, organização e hierarquização dos cristianismos. Ao ministrar este tema, é importante que o alunado tome ciência sobre a pluralidade das experiências religiosas no interior deste movimento.

Podemos perceber melhor a pulverização das memórias *de* e *sobre* Jesus no corpo dos textos neotestamentários. A implicação dos estudos sobre esses materiais, requer, no entanto, que os pressupostos de fé ligados a estes textos, sejam colocados de lado, para que o conhecimento histórico e das demais áreas do conhecimento possam oferecer uma interpretação que preencha as demandas do saber escolar.

A premissa teológica ampara seus discursos, no entendimento de que o material bíblico é inerrante e dado por Deus aos homens. Essa leitura diminui o campo das experiências humanas vivenciadas nos primeiros séculos de cristianismos. Tomar esses textos como literaturas produzidas em tempos e espaços distintos, assim, como outras literaturas antigas, como a *Íliada* e *Odisseia* de Homero por exemplo, é um desafio, porém, não impossível de ser realizado quando se almeja explicar os processos formativos dessa religião na antiguidade.

FONTES DE ESTUDO PARA OS CRISTIANISMOS NA ANTIGUIDADE

A bíblia, tomada como documento histórico, pode oferecer diversas análises para entendermos os cristianismos na antiguidade. Embora citados em alguns livros didáticos e presentes em dia a dia da maioria da população brasileira, a operacionalização dos mesmos tem sido produzida e entendida, majoritariamente, como leituras de fé, muitas vezes descoladas das relações sociais vividas pelos seguidores de Jesus na antiguidade.

Porém, não só aqueles que deram crédito aos ensinamentos de Jesus que foram responsáveis pelas produções dos textos que hoje conhecemos sobre este movimento. Os pontos de vista de oficiais e escritores romanos também podem ser estudados para melhor compreendermos os cenários em que estavam inseridas estas experiências religiosas. Dessa forma, outros documentos achados em períodos diferentes na história, somados aos que já conhecemos, ampliam o entendimento e trazem novas questões para a pesquisa e ensino de cristianismos. A seguir, apresentamos algumas fontes para que esse conhecimento seja melhor problematizado:

Os Evangelhos

Mateus (Mt)	Marcos (Mc)
Lucas (Lc)	João (Jo)

As Cartas de Paulo (Autênticas)

I aos Tessalonicenses	Romanos
1º e 2º aos Coríntios	Filipenses
Filemon	

Cartas Atribuídas a Paulo

Efésios	Colossenses
1º e 2º a Timóteo	Tito
2º aos Tessalonicenses	

Livro “Histórico”

Atos dos Apóstolos

Escritos de Fora do Ambiente Judaico-Cristão

Plínio (Cartas)	Tácito (Anais)	Suetônio (Vida dos Césares)	Josefo (Guerras Judaicas)
-----------------	----------------	-----------------------------	---------------------------

Fontes Arqueológicas

Murais, afrescos, desenhos em catacumbas e cavernas romanas	Dados sobre escavações de cidades, como Galiléia, Jerusalém e Nazaré nos tempos de Jesus	Manuscritos de Nag Hammadi (Mar Morto)
---	--	--

Dentro do material neotestamentário, podemos encontrar diversas interpretações e impressões da figura histórica de Jesus. Os evangelhos, produzidos após sua execução, são as fontes que nos fornecem as maiores informações sobre o Jesus Histórico. No entanto, neles estão presentes, as vozes das comunidades, ou seja, as impressões e interpretações que cada uma possuía sobre este personagem, nunca, um depoimento fidedigno sobre o mesmo e sobre o seu movimento. Um exemplo disso pode ser retirado da concepção que os quatro evangelhos possuíam sobre a natureza de Jesus:

MARCOS 1: 7-11	MATEUS 1: 18-21	LUCAS 1: 26-35	JOÃO 1:1
Aconteceu, naqueles dias, que Jesus veio de Nazaré da Galiléia e foi batizado por João no rio Jordão. <u>E logo ao subir da água, ele viu os céus se rasgando e o Espírito, como uma pomba, descer até ele, e uma voz veio dos céus: "Tu és o meu filho amado, em ti me comprazo".</u>	A origem de Jesus Cristo foi assim: Maria, sua mãe, comprometida em casamento com José, antes que coabitasse, <u>achou-se grávida pelo Espírito Santo. (...) eis que o anjo do Senhor manifestou-se a ele em sonho, dizendo: "José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo".</u>	No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um varão chamado José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria (..) <u>O anjo lhe respondeu: "o Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra".</u>	No princípio era o verbo, e o verbo estava com Deus, e o verbo era Deus.

Podemos observar nos evangelhos acima, quatro concepções sobre Jesus, convivendo num espaço entre 50 e 60 anos após a execução deste personagem histórico. Para Marcos, Jesus era o messias, pelo fato deste ter sido batizado. Já para Mateus e Lucas, o elemento messiânico se dá pelo nascimento milagroso envolvendo Jesus, ao passo, que, para João, Jesus é tomado como Cristo, por existir desde a fundação do mundo. Essas impressões podem servir para explicar a pluralidade interna deste movimento.

Nos demais livros que se seguem os evangelhos, também encontramos narrativas sobre Jesus, porém, já entendido por parte dos seus seguidores, como sendo o Cristo. É importante que se saiba que Jesus e Cristo, são dois perfis diferentes dentro dos cristianismos. Cristo, refere-se à concepção posterior à execução de Jesus, ou seja, o momento em que seus seguidores, buscando dar sentido e continuidade ao movimento, começam a desenvolver o nascimento daquilo que conheceríamos como cristianismo, com a esperança escatológica de que o mesmo voltaria para livrar seus seguidores da opressão vivida. A leitura composta de *Jesus Cristo* como sendo a mesma pessoa nos livros didáticos, é, aliás, um dos elos de permanência com a teologia que produziu esse entendimento; algo recorrente nesses materiais. Outrossim, a forma como hoje lemos os textos neotestamentários no material

bíblico, obedece à uma leitura teológica ortodoxa, que organizou esses textos segundo os períodos da vida de Jesus, e não, cronologicamente. Se obedecessem à cronologia, a disposição ficaria da seguinte forma:

LIVRO	AUTOR	ANO DE PRODUÇÃO
1º aos Tessalonicenses	Paulo	50 d.C
Gálatas	Paulo	50 d.C
Filemon	Paulo	52-54 d.C
Filipenses	Paulo	52-54 d.C
1º aos Coríntios	Paulo	53-54 d.C
2º aos Coríntios	Paulo	55 d.C
Romanos	Paulo	55-56 d.C
Tiago	Autoria Desconhecida	62-64 d.C
2º aos Tessalonicenses	Autoria Desconhecida	64-65 d.C
Marcos	Autoria Desconhecida	65 – 70 d.C
Ep. aos Hebreus	Autoria Desconhecida	70-75 d.C
Colossenses	Autoria Desconhecida	70-80 d.C
Mateus	Autoria Desconhecida	80 – 85 d.C
Lucas	Autoria Desconhecida	80 – 85 d.C
Atos	Lucas	80-90 d.C
Efésios	Autoria Desconhecida	85-95 d.C
Judas	Judas, irmão de Tiago	85-95 d.C
João	Homônimo	90-95 d.C
Apocalipse	João	90-100 d.C
1º Ep. de Pedro	Autoria Desconhecida	101-120 d.C
2º Ep. de Pedro	Simão Pedro	101-120 d.C
1º Ep. de João	Atribuída a João	101-120 d.C
2º e 3º de João	Autoria Desconhecida	101-120 d.C
1º e 2º a Timóteo	Autoria Desconhecida	120-160 d.C
Tito	Autoria Desconhecida	120-160 d.C

Todavia, essa crença ainda no I século, nunca foi homogênea, daí a razão para chamarmos de cristianismos. No plural, cristianismos, ressalta que as experiências religiosas

são diversas, sendo por demais complexas enquadrá-las como certo ou errado, verdadeira ou falsa.

O nascimento de uma religião não se dá da noite para o dia, correto? Logo, o processo de descolamento da matriz cristã do judaísmo existente no I século, foi algo que exigiu tempo até que pudéssemos afirmar a existência de uma religião autônoma denominada Cristianismos.

Tratamos os cristianismos no I século, não como uma religião autônoma separada do judaísmo. É mais plausível que os “cristãos” de então faziam parte de um ramo da matriz judaica, tratando-se de um “judaísmo cristão”, assim como existia os judeus fariseus, saduceus, essênios e zelotas. Assim como existia os cristianismos na antiguidade, o judaísmo se caracterizava, como um grande mosaico de percepções, sendo uma delas, a cristã.

JESUS FUNDOU O CRISTIANISMO?

Uma questão bastante recorrente quando se trata do surgimento dos cristianismos, é a afirmação de que Jesus teria fundado essa religião. Como vimos anteriormente, Jesus, não pertencia a este segmento. A historiografia que aborda o Jesus Histórico, o situa dentro do judaísmo, uma vez que o mesmo observava em seus discursos o cumprimento da lei de Moisés (guardar o sábado, purificação do templo, etc). Jesus, nasceu e morreu como um judeu. A designação como Cristo e o nome *Cristianismo*, é uma designação posterior a sua vida.

Com as atividades missionárias do apóstolo Paulo a partir da década de 50 do I século, aos poucos os seguidores de Jesus irão se configurar como um grupo distinto do judaísmo no plano prático e ideológico. Alguns historiadores detectam que a crença na ressurreição de Jesus e nos rituais batismais como um rito de iniciação, foram fundamentais para marcar as diferenças entre “judeus” e cristãos”. Além disso, a não observância da Torá por parte dos cristãos e a rejeição a prática da circuncisão pregada por Paulo permitiram uma rápida expansão dos cristianismos ainda no I século, em diferentes regiões, inclusive fora do ambiente rural da Palestina, chegando até a Europa e a Ásia menor.

ESCATOLOGIA E APOCALÍPTICA NOS CRISTIANISMOS

Podemos pensar a formação da postura religiosa dos primeiros seguidores de Jesus, a partir, dessas duas categorias. Os cristianismos, sobretudo, no I século, herdaram em muitas ocasiões, os simbolismos religiosos dos judeus. Essas formas de concepção da realidade, apresentam conexões com o histórico de opressão imperialista vivida pelos judeus na Palestina.

Os judeus e posteriormente os cristãos, diferiam do modo como o mundo era governado até então. Esses grupos reforçavam em suas vidas comunitárias a crença de um reino escatológico que sob a direção do Deus judaico promoveria uma verdadeira transformação na Terra. Acreditavam, que o Reino de Deus seria o último governo a ser instituído no mundo.

Diferente do que é comumente entendido nos dias atuais, a escatologia não se refere a destruição do mundo em si, e sim, na destruição de elementos responsáveis pela desordem na Terra, como a violência, o mal, a injustiça e o próprio imperialismo – o mal com todos os seus atributos encarnado nesta forma de governo. O *éskhata* (últimas coisas) refere-se, portanto, ao modo como o mundo seria se este fosse governado pelo Deus dos judaico-cristão.

Por sua vez, essa crença foi aplicada em um tipo de literatura denominada de **apocalíptica**, ou seja; um estilo literário elaborado em momentos de crise do povo judeu e, incorporado no interior dos cristianismos. Os escritos judaico-cristãos situados entre os anos de 250 a.C e 100 d.C, apresenta essa característica. Quanto ao conteúdo, apresentam vários elementos, entre os quais, podemos destacar o determinismo e o dualismo. Acreditavam, que, o curso da História já estava traçado por Deus, e que todos os acontecimentos ligados povo judeu e cristão, estavam sob o controle do mesmo. Da mesma forma, o dualismo enfatiza a existência de duas forças distintas que se opõem. Nos textos bíblicos neotestamentários, essa oposição se apresenta entre céu vs. Inferno, Deus vs. Satanás, Nós vs. Outros, etc.

Além desses elementos, reiteravam a crença escatológica do fim dos elementos opressores à vida judaica-cristã, através da vinda de um salvador (messias), que iria colocar fim na realidade adversa. Essas caracterizações foram prementes nas primeiras comunidades cristãs.

Glossário

Apocalíptica: Palavra de origem grega. Significa “descobrir” ou “revelar”.

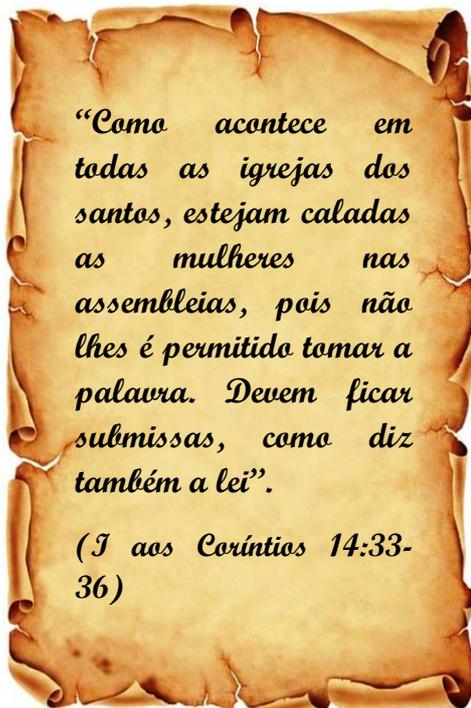
Aproveitando esse tipo de literatura, acreditamos que em sala de aula, tendo ampliado o conhecimento destas experiências religiosas, e fazendo uso da transdisciplinaridade, o (a) profissional de História poderá mediar e acrescentar à discussão sobre essas características, o debate e a reflexão sobre as alteridades religiosas.

ENTRE O SILÊNCIO E A IGUALDADE: QUESTÕES DE GÊNERO NOS PRIMEIROS ANOS DOS CRISTIANISMOS

Vimos até agora, que após a execução de Jesus, o movimento por ele liderado teve continuidade não apenas na região da Palestina, mas, também, em outras partes do império romano. Um judeu chamado Paulo de Tarso, foi um dos maiores responsáveis pela expansão e continuação do movimento iniciado por Jesus. No entanto, algumas diferenças, proporcionaram distanciamentos com a proposta de Reino de Deus que Jesus defendia. Isso, porém, não impediu que em um aspecto particular, não houvessem concordâncias com a igualdade proposta tanto por Jesus, quanto por Paulo.

Nesse quesito, encontram-se as mulheres. Historicamente diminuídas dentro da teologia cristã hegemônica, as mulheres pertencentes ao movimento cristão, participaram ativamente dos processos de organização deste movimento na antiguidade. Embora isso não possa ser notado com frequência no discurso teológico, a História mostra que importantes personagens exerceram atividades proeminentes nas comunidades cristãs. Como simpatizantes do movimento, ofereciam proteção social à possíveis investidas de Roma, assim como apoio econômico para a manutenção das atividades religiosas, como por exemplo: Lídia (Atos 16:14). Outras, exerceram funções de liderança, como por exemplo, Maria Madalena e Tecla.

Dentro do material neotestamentário, existem diversas passagens atribuídas a Paulo, que ordenam o silêncio às mulheres nas comunidades e a manterem-se submissas aos seus maridos. Já outras passagens, louvam a importância feminina dentro das comunidades, assim como enfatizam a igualdade nas relações familiares.



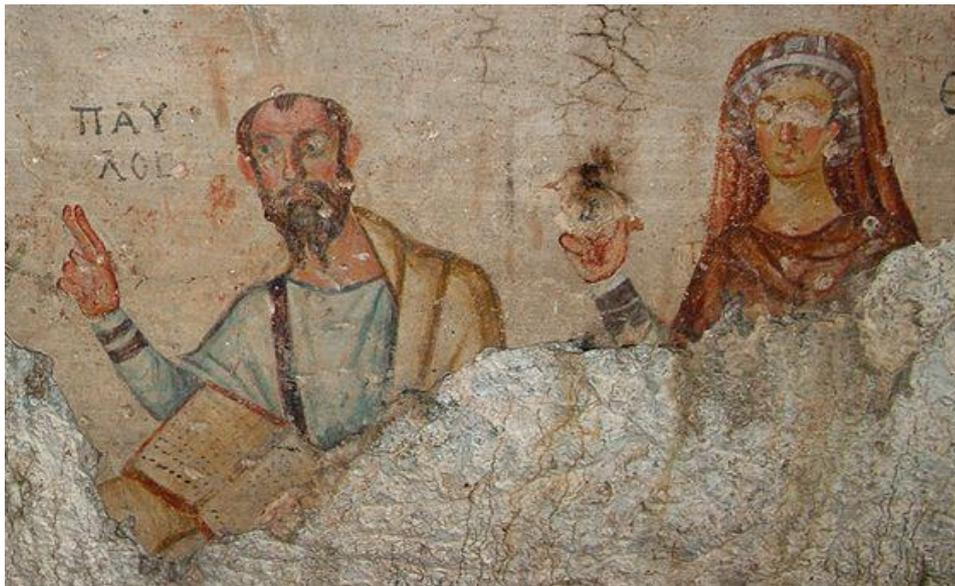
Como entender as disparidades expostas nos textos acima? O discurso teológico afirma ser de Paulo as duas passagens, evidenciando uma flagrante contradição. A História, ao analisar esses e demais textos de Paulo no corpo bíblico, sugere como solução desse conflito, que sejam levadas em consideração, as interpolações realizadas nos textos após a morte de Paulo. Essa ação, era geralmente realizada, quando demais líderes de comunidades cristãs não concordavam com um tipo de ensinamento ou entendimento. Logo, mesmo a carta endereçada aos coríntios, seja legitimamente escrita por Paulo, esse trecho sofreu possivelmente um acréscimo ao texto original, descaracterizando o sentido do ensino Paulino na comunidade de coríntios. Isso fica evidenciado, quando colocamos em comparação com a passagem aos Gálatas, onde o mesmo personagem ressalta a igualdade de gênero nas atividades comunitárias.

Descobertas arqueológicas também nos ajudam a ampliar o entendimento sobre essa questão. Em Éfeso, (atual Turquia), foi descoberto um afresco bizantino datado do século VI d.C, que funcionam como um equivalente visual das negações e silenciamentos às mulheres nas sociedades do mediterrâneo antigo. As imagens representam Paulo e

FIQUE ANTENADO!

Tecla não é citada em nenhum texto bíblico. O único documento que conta sua história, é o Atos de Paulo e Tecla, escrito no II séc. d.C, e é considerado um livro apócrifo, ou seja; não reconhecido pela igreja católica no concílio de Nicéia em 325 d.C.

Tecla em uma gruta denominada “São Paulo”. Nela, podemos ver os dois personagens em pé, tendo a mesma altura, com os dedos da mão direita levantados, indicando o gesto de ensinar. Preservados, as imagens sugeriam que ambos os sexos possuíam autoridade de ensino nas comunidades. Porém, os olhos e os dedos de Tecla foram apagados na imagem, enquanto a imagem de Paulo permanece sem alterações, indicando que naquela região, a autoridade feminina era vista como ilegítima.



Afresco bizantino de Paulo e Tecla, no interior da gruta São Paulo, em Éfeso. Séc. VI d.C. Osterreichisches Archäologisches Institut, Viena.

Embora em diversos momentos da História a organização das religiões estivessem ligadas majoritariamente a padrões ligados ao patriarcado, uma fração dentro do cristianismo na antiguidade, liderada por Paulo, entendia não haver separação de gênero quanto a autoridade de ensino e demais atividades religiosas. No entanto, as fortes resistências culturais, aliada às proximidades que este movimento foi estabelecendo com as estruturas sociais e políticas do império romano, podem ter direcionado o movimento cristão antigo, à uma configuração de exclusão do papel feminino nas comunidades, tendo elas se transformado, numa extensão das reproduções sociais e políticas existentes na sociedade romana, onde a configuração familiar patriarcal, muitas vezes restringia a atuação feminina em ambientes públicos.

Tendo em vista que o discurso religioso tende, em muitas ocasiões, a naturalizar uma construção social a partir de uma leitura teológica, sugere-se ao professor (a), que, ao tratar sobre a questão feminina nos cristianismos, os mesmos abordem a igualdade entre os gêneros, enfatizando que os silenciamentos, exclusões e tutelamento feminino, correspondiam

a um modelo de cristianismos cooptado por Roma, e que, por isso, atendiam à manutenção da ordem imperial.

CRISTIANISMOS: ENTRE TOLERÂNCIA E PERSEGUIÇÕES

A expansão dos cristianismos pelas atividades de Paulo e demais seguidores de Jesus, levaram essa religião até a capital do império, onde a exemplo de outras cidades, não desfrutava de boas referências. As relações entre os cristãos e o império até o ano 62 d.C, se caracterizavam pela tolerância. No entanto, a partir de 64 d.C, essa relação muda radicalmente por conta do incêndio ocorrido no mesmo ano, durante o governo de Nero (58-64 d.C), onde o mesmo transfere a culpa aos cristãos.

As perseguições aos primeiros seguidores de Jesus no império, podem ser divididas em duas etapas: a primeira se concentra entre os anos de 64-192 d.C, e se caracterizaram por serem locais, esporádicas e não sistematizadas. Ou seja, essas ações poderiam ocorrer mediante a vontade pessoal de um imperador, por denúncias isoladas ou por mobilizações de populares contra um cristão, e ainda, por desastres naturais (pestes, seca, incêndios), como aconteceu no governo de Nero.

Os imperadores Vespasiano (69-79 d.C) e Tito (79-81 d.C), não viam os cristianismos como um perigo político real à manutenção do império. Nesse período, mesmo as ações persecutórias, não impediam que, por exemplo, houvessem cristãos nos estratos sociais mais altos da sociedade, inclusive na casa imperial, como foi aconteceu com Flávio Sabino, irmão do imperador Vespasiano.

As denúncias que ocasionavam em perseguições, giravam em torno de acusações de cristãos que praticavam o ateísmo contra Roma (*impietas*), e falta de reverência aos imperadores. Os primeiros anos de cristianismos nas regiões da Europa e Ásia menor, também foram vistos pela administração imperial e por escritores romanos, como prejudicial aos costumes e a economia das cidades.

Em carta endereçada ao imperador Trajano (98-117 d.C), Plínio, “o moço”, governante da província do Ponto, na Ásia menor, relata problemas existentes nessa localidade, causado por cristãos.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

“É certo, pelo menos, que os templos, que estavam quase desertos, começam agora a ser frequentados; e as festas sagradas, depois de longo intervalo, estão agora reanimadas. Há demanda geral para animais sacrificiais, que durante certo tempo tiveram apenas poucos compradores. Daí é fácil imaginar ser possível recuperar multidões desse erro, se for deixada uma porta aberta para o arrependimento”.

(Plínio, Cartas 10, 96, *apud* CROSSAN, 2004, p. 46)

O mediterrâneo antigo, por ser uma região que possibilitava diversos encontros, fazia com que as pessoas interagissem com diferentes culturas ali estabelecidas. No entanto, o politeísmo figurava como um dado cultural daquela região. Logo, quando os cristianismos se expandiram até o Mediterrâneo, através das atividades de Paulo e posteriormente, dos demais seguidores de Jesus, levou consigo também, a crença no monoteísmo.

A convivência entre duas formas de experimentação do sagrado, logo fez surgir disputas e conflitos não apenas no aspecto religioso, mas também, econômicas e culturais, como no relato de Plínio, “o moço”, onde podemos perceber que, os cristianismos desfrutavam de certa influência junto a população daquela província, chegando inclusive, a causar prejuízos comerciais pela queda da procura de animais para rituais sacrificiais aos deuses pagãos.

No entanto, a recomendação que Roma conferia aos governadores para o tratamento junto aos cristãos que eram acusados de causar dano à ordem pública e aos costumes, baseava-se na averiguação dos fatos, sendo proibida denúncias anônimas, e na punição aos cristãos convictos, que poderiam escapar das punições caso negassem o Cristo, e prestassem culto aos deuses romanos.

Somente no III século, as perseguições aos cristãos irão conhecer uma feição mais rígida do império, através dos imperadores Décio (249-251 d.C), Valeriano (253-260 d.C) e Diocleciano (284-305 d.C). Com o objetivo de restaurar a paz dos deuses (*pax deorum*), os imperadores romanos através de decretos e editos, exigiam que cristãos comuns e membros do clero, sacrificassem aos deuses romanos, sob pena de exílio, confisco de bens, penas de morte de escravos e libertos, destruição de igrejas e de livros considerado sagrados, além de uma série de restrições na vida civil, como por exemplo, a destituição de cristãos nos cargos públicos e a proibição de acesso a justiça.

A efetividade das ações persecutórias, contudo, não promoveram a diminuição da prática religiosa cristã e o resultado esperado pelo império. Em 311 d.C, Constantino e Licínio (imperador no Ocidente), promulgam o edito de tolerância, concedendo liberdade religiosa aos cristãos no império, encerrando oficialmente a política de perseguições aos cristãos.

Em 312 d.C, o mesmo Constantino, um dos quatro imperadores que governavam Roma, envolvido em disputas políticas com os demais tetrarcas, entra em guerra com Maxêncio pela posse de Roma, então usurpada. É no contexto dessa disputa territorial, que este personagem atribui sua vitória ao deus dos cristãos, mediante um sonho em que deus lhe prometia a vitória, caso ele anunciasse de forma pública sua nova religião.

A batalha de Ponte Mílvio, onde segundo o relato de Constantino, deus revelava que com as iniciais do nome de cristo em grego (X e P), o mesmo alcançaria êxito sobre Maxêncio, serviu mais tarde, para que Constantino transformasse os cristianismos em uma religião amplamente favorecida pelo Estado romano, e não para que as perseguições não viessem mais a acontecer, uma vez que as mesmas já tinham cessado um ano antes através do edito de tolerância.

A historiografia que aborda esse acontecimento e os processos que levaram a religião cristã a ser reconhecida e oficializada pelo império, defendem que Constantino não teria de fato passado por uma experiência de conversão, como em algumas ocasiões é relatado nos livros didáticos, e sim, de que sua atitude não passou de uma jogada política para unificar os cristãos através de deliberações internas estabelecidas em concílios, como o de Nicéia em 325 d.C, onde ficou foram tomadas importantes decisões no interior desta religião.

A religião cristã chega ao IV século fragmentada por disputas internas, sobretudo, disputas ocasionadas pela discussão sobre a natureza de Jesus. Bispos e teólogos cristãos na antiguidade, não entravam em consenso para estabelecer os credos que delimitariam o entendimento religioso sobre Jesus. Dessa forma, alguns, como Orígenes, fazia a defesa de que Jesus e Deus não eram a mesma pessoa. Já, outros, como Ário, entendia Jesus como uma criação de Deus, porém, humano, não eterno.

Essas desavenças internas colocavam as comunidades cristãs em desalinho e retardavam o propósito de crescimento da religião cristã em todo o império. O entendimento

FIQUE ANTENADO

Blasfêmia: Aquilo que se encontra fora da ortodoxia (entendimento correto) estabelecido pela igreja, sobre determinado assunto ou divindade.

de Ário (posteriormente conhecida como Arianismo), sofreu especial crítica por parte de seus opositores, que, o acusavam de **blasfêmia**. Questões como essa, exigiam deliberações entre os líderes cristãos, que passaram a se reunir em assembleias e concílios para estabelecer o credo oficial da igreja.

A postura de Constantino em tomar a frente deste concílio, revela que o mesmo acompanhava de perto as disputas entre os cristãos, e que, seu interesse em resolvê-las partia do entendimento de que a falta de unidade religiosa cristã poderia desprestigiar sua adesão a esta religião. Outra hipótese levantada, leva em consideração o teor político em aderir ao culto de Cristo, uma vez que, no mundo antigo, religião era vista como parte integrante da vida política, e a resolução dos problemas internos do cristianismo, poderiam resultar na unidade e fortalecimento do império.

VOCÊ SABIA?

Foi durante o Concílio de Nicéia que algumas das principais decisões relacionadas a religião cristã foram tomadas? A chancela da Bíblia como livro sagrado e todos os livros que fazem parte dela, foi estabelecido nesta reunião. A divinização de Jesus, ou seja; o entendimento de que o mesmo era deus, também foi decidido em Nicéia. Além destas questões, também foram pautadas, a fixação de uma data oficial para a Páscoa cristã, o estabelecimento da doutrina da trindade (Pai, Filho e Espírito formando a mesma pessoa), bem como, a determinação de um dia destinado ao descanso para os cristãos.

Fora a importância de Constantino e do Concílio de Nicéia para a religião cristã na antiguidade e para os dias atuais, é importante ressaltar que, dada a importância que a unidade religiosa significava ao império, sua política pautava-se na integração de sua população num mesmo credo. Antes com o paganismo, agora com o Cristianismo. Essa postura se reforça quando o paganismo começa a ser perseguido de forma sistemática através do imperador Teodósio, que não só oficializa o Cristianismo como religião no império, como também, promulga o Edito de Tessalônica, proibindo o culto pagão no mundo greco-romano. A leitura religiosa do paganismo, passou por um processo de apropriação junto ao Cristianismo, tendo suas datas e celebrações ressignificadas pela leitura da religião cristã. Dessa forma, o solstício de inverno, onde acontecia a celebração ao deus-sol, em homenagem

a Mitra, foi apropriado pelos cristãos, transformando-se posteriormente na celebração do natal.

A junção de Estado e Religião na antiguidade romana, vistos como esferas não separadas de atuação pública, possibilita ainda, o debate em sala de aula referente a complexa relação que estas duas dimensões adquiriram na modernidade. Tratar da conflituosa relação entre ambas, leva-nos a pensar sobre o papel que o Estado pode e deve ter na mediação dos conflitos entre as religiões, assumindo um posicionamento neutro quanto às confissões religiosas, além de resguardar o direito para que cada indivíduo possa manifestar suas crenças com segurança e liberdade de culto.

CONCLUSÃO

Este manual foi produzido mediante o entendimento de que a maioria das produções didáticas, direcionadas e distribuídas pelo governo federal ao público escolar do ensino médio, contém, e mantém lacunas relacionadas ao conhecimento sobre os cristianismos na antiguidade. Mesmo diante de atualizadas produções científicas no campo da História e Arqueologia sobre a temática, pouco tem se observado quanto a inserção deste nos livros didáticos.

Logo, acreditamos que com este trabalho, direcionado aos profissionais da educação básica, este assunto tão rico e ao mesmo tempo, complexo, pela conjuntura social que o cerca – majoritariamente, os cristianismos são as manifestações religiosas com maior número de adeptos no país - pode possibilitar, ainda que de forma inicial, uma mudança para o ensino de História, e para a formação do profissional de ensino.

Os cristianismos, são um produto de um entendimento acadêmico, que não concebe as experiências religiosas de formas engessadas, sem dialogar com o econômico, político e sua base social no tempo histórico de suas experiências. Dessa forma, não existem concepções dentro desta manifestação cultural que possamos enquadrá-las em um dualismo, como certas ou erradas.

O conhecimento dos aspectos políticos do império romano nos tempos de Jesus, bem como da região Palestina antes e depois de Roma e de Jesus, são fundamentais para a compreensão dos processos históricos que permitiram o surgimento daquilo que é hoje, a maior religião em número de adeptos no mundo.

Portanto, tendo em vista que o espaço escolar possibilita diferentes debates, esperamos que ao fazer uso deste manual, os profissionais do ensino fomentem através do conhecimento aqui presente, novas indagações e discussões que, partindo da História Antiga, (re) direcionem para o pensamento crítico e para o entendimento e respeito das experiências religiosas.

REFERÊNCIAS

CHEVITARESE, André Leonardo. **Cristianismos: Questões e Debates Metodológicos**. Rio de Janeiro: Kliné, 2011.

_____; CORNELLI, Gabriele. **Judaísmo, Cristianismo e Helenismo: ensaios acerca das interações culturais no Mediterrâneo antigo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

_____; FUNARI, Pedro Paulo. **Jesus Histórico: Uma Brevíssima Introdução**. Rio de Janeiro: Kliné, 2011.

CROSSAN, John Dominic. **O Nascimento do Cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram a execução de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____; BORG, Marcus. **O Primeiro Natal: o que podemos aprender com o nascimento de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____; REED, Jonathan. **Em Busca de Paulo: como o Apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano**. São Paulo: Paulus, 2007.

ERHMAN, Bart D. **Como Jesus se Tornou Deus**. São Paulo: Leya, 2014.

FARIA, Lair Amaro. **“Quem vos ouve, ouve a mim”**: Memória e Oralidade nos Cristianismos Originários. Rio de Janeiro: Kliné, 2011.

KOESTER, Helmut. **Introdução ao Novo Testamento: história e literatura do cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2005. v. 2.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: _____. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p. 200-212.